

A África contemporânea: dilemas e possibilidades

Muniz Ferreira

A CRISE DO COLONIALISMO EUROPEU E A EMERGÊNCIA NACIONAL NA ÁFRICA

Uma das implicações históricas mais significativas da Segunda Grande Guerra (1939-1945) foi o declínio da centralidade europeia no sistema de poder mundial. Até então, as potências do chamado “velho continente” haviam exercido uma duradoura supremacia sobre as demais regiões do mundo, principalmente nos aspectos econômico, político, diplomático e militar. Do topo de tal preeminência, os estados nacionais e os homens de negócio europeus submeteram, pela força e pelo logro, povos e civilizações; exportaram mercadorias, capitais e as regras da economia de mercado e impuseram suas línguas, religiões, concepções de mundo e valores culturais. Como corolário de tais processos, o continente africano experimentou a escravidão e o colonialismo, a subordinação de seus sistemas tradicionais de organização social às leis da valorização do capital e testemunhou a constituição de ordenamentos políticos internacionais, nos quais desempenhava o simples papel de “área de influência” e “reserva estratégica” à disposição dos poderes coloniais. Fora assim desde os tempos do Tratado de Tordesilhas (1494), primeiro tratado internacional moderno, passando pelo sistema internacional da Convenção de Viena (1815-1817) — em cuja vigência padecia a partilha territorial em benefício das nações europeias, pactuada na Conferência de Berlim (1884-1885) —, até à época da Liga das Nações (1919-1939), cujo objetivo de reordenar a vida internacional sobre os princípios da soberania nacional e da não-intervenção não contemplou as aspirações dos povos africanos e asiáticos à autodeterminação.

Porém, a Segunda Guerra Mundial contribuiria para modificar tal quadro. Esgotadas econômica e militarmente pelo desenrolar da conflagração, as grandes potências europeias experimentaram uma limitação (mas não a eliminação) de sua capacidade de preservar coercitivamente grandes impérios coloniais. Ademais, dois novos fatores concorriam para a erosão das bases da legitimação do colonialismo europeu no mundo: a) o crescimento do prestígio das concepções e dos movimentos democráticos e progressistas (por definição anticolonialistas) no mundo, que se seguiu à derrota das forças do eixo nazi-fascista; b) a ascensão, ao primeiro plano, da política internacional de duas novas grandes potências, as quais, devido a motivações diferentes, encontravam-se descomprometidas com a preservação dos domínios coloniais europeus na África e na Ásia: os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Excluídos da partilha da África na Conferência de Berlim e, conseqüentemente, marginalizados no acesso aos mercados, matérias-primas e áreas de influência no continente africano, aos Estados Unidos interessava, num primeiro mo-

mento, uma alteração no *status quo* internacional que lhe concedesse liberdade para realizar seus interesses econômicos e estratégicos na África, sem os inconvenientes gerados pelo exclusivismo colonial europeu. Para a União Soviética — potência cuja matriz histórica remontava às revoluções do ano de 1917 na Rússia —, a descolonização representava um enfraquecimento do “imperialismo ocidental” e otimizava as possibilidades de ampliação de sua influência internacional através do apoio aos movimentos de libertação nacional africanos (e asiáticos) e a aproximação das jovens nações africanas. É bem verdade que o posicionamento norte-americano em face da questão se alteraria à medida em que se deteriorava a atmosfera internacional e a aliança com a URSS era substituída pela guerra fria. Nestas novas condições, a opção pelo desenvolvimento de uma política de contenção da influência soviética na África reaproximou os EUA das antigas potências coloniais europeias e os colocou na contramão dos movimentos de libertação nacional do continente, sobretudo daqueles cuja radicalidade anticolonial e ênfase nas definições antiimperialistas contribuíram para uma aproximação com as posições soviéticas.

Assim, no hiato vigente entre o final da Segunda Grande Guerra e a cristalização da bipolaridade leste-oeste, as concepções referenciadas na idéia de descolonização e emancipação nacional do continente africano conquistaram carta de cidadania nas discussões internacionais. De tal forma que, mesmo nos anos posteriores de recomposição do poderio europeu e redefinição do posicionamento estadunidense frente ao problema colonial, o processo de emancipação africano seguiria seu curso sem jamais parar. Teríamos assim, nos anos 50, a independência da Tunísia (1950), da Líbia (1951), do Sudão, do Marrocos (1956), de Gana (1957) e da Guiné (1958). No emblemático ano de 1960 — ano da independência da África, segundo as Nações Unidas — verificar-se-iam as libertações de Camarões, Togo, Madagascar, Zaire, Somália, Mali, Benin, Nigéria, Níger, Alto Volta (atual Burkina Faso), Costa do Marfim, Chade, República Centro-Africana, Congo, Gabão, Senegal e Mauritânia; em 1961, Serra Leoa; em 1962, Ruanda, Burundi, Argélia e Uganda; o Quênia em 1963; Malauí, Zâmbia e Tanzânia em 1964; Gâmbia em 1965; Botsuana e Lesoto em 1966; Ilhas Maurício e Guiné Equatorial em 1968. Na década de 70, Guiné Bissau em 1973; São Tomé e Príncipe, Moçambique, Cabo Verde, Comores e Angola em 1975; Ilhas Seychelles em 1976; Djibouti em 1977; Suazilândia em 1978. Já nos anos 80, Zimbábue, em 1980 e, finalmente, a Namíbia, em 1990.

Foram variados os caminhos trilhados pelos povos africanos e seus movimentos de libertação para a obtenção da tão almejada emancipação política. Tal diversidade esteve associada a uma gama de fatores que caracterizaram os processos de dominação de cada

potência colonizadora, como seu grau de dependência econômica e estratégica em relação às colônias e a variedade de recursos econômicos, políticos, militares e diplomáticos à disposição de cada uma, quando do acirramento das reivindicações de independência. Os colonizadores britânicos, por exemplo, recorriam, via de regra, a um sistema de colonização que procurava conservar a autoridade das elites nativas nos escalões intermediários e inferiores da administração colonial, cooptando o mais amplamente possível as aristocracias tradicionais para um sistema de parceria subordinada.

Habituada desde séculos anteriores à implementação de uma política de autogoverno em suas colônias de maioria populacional branca (Estados Unidos, Austrália e Oceania), a Grã-Bretanha adotou, como recurso freqüente em suas antigas possessões africanas, uma estratégia de "sair para ficar", ou seja, substituir o controle dos postos-chaves do governo das colônias por elementos locais formados política e culturalmente nos marcos do sistema colonial britânico, procurando reintegrá-los posteriormente à Comunidade Econômica Britânica (British Commonwealth), garantindo, assim, a primazia de seus interesses econômicos e empresariais na nova ordem política pós-colonial.

Já a França, segunda maior potência colonizadora europeia na África, aferrou-se aos métodos de dominação colonial direta e à prática ostensiva da assimilação cultural. O resultado foi um enfrentamento, na maior parte das vezes, bastante violento entre as administrações coloniais e os movimentos de libertação nacional, do qual são exemplos os dois casos mais emblemáticos de revolução anticolonial verificados na Ásia e na África: a guerra de independência da Argélia e o conflito do Vietnã. Algum tempo passaria até que a França, seguindo os passos do Reino Unido, procurasse reintegrar suas antigas colônias africanas à sua área de influência econômica (e, por conseguinte, militar e diplomática), investindo na criação de uma zona comercial e financeira estruturada em torno de sua moeda (o franco) e no desenvolvimento da chamada "Comunidade Francófona".

A experiência belga na África simboliza o sistema colonial europeu no continente em seu paroxismo de paternalismo autoritário, assimilacionista e discriminador. Em nenhum outro lugar a espoliação econômica colonial se manifestou tão cruamente como nos casos das colônias belgas do Congo, Burundi e Ruanda. Em nenhum outro lugar o esforço de devastação cultural, as ingerências abertas no sentido de garantir a preservação dos interesses econômicos e estratégicos da antiga metrópole colonial foram levados tão longe. Se a dominação colonial francesa, em seu processo de declínio, legou ao mundo os exemplos sangrentos da Argélia e do Vietnã mencionados acima, o legado colonial belga no Congo

foi marcado pela deposição e assassinato do líder nacionalista Patrice Lumumba, a deflagração de uma longa guerra civil e a instauração da ditadura de Mobutu, uma das mais truculentas e corruptas conhecidas pela África pós-colonial. Não foi menos trágico o destino de suas ex-colônias da África dos Grandes Lagos (Ruanda e Burundi). Ali, o legado de atraso econômico e social somado às rivalidades étnicas e culturais exacerbadas durante a dominação colonial produziram, nos anos 90 do século XX, uma das piores catástrofes humanitárias da história do pós-Segunda Guerra Mundial, cujas cifras precisas parecem estar fixadas entre 800 mil e 1 milhão de vítimas.

De forma negociada ou violenta, através de guerras civis ou de processos eleitorais, os países africanos conquistaram, ao cabo de cinco décadas de grandes esforços, a emancipação política da dominação colonial européia. Tal realização histórica, no entanto, foi apenas o primeiro passo de uma longa caminhada que ainda está por ser concluída em direção à reconquista plena da soberania, da dignidade e da autodeterminação desejada pelos povos do continente.

NEOCOLONIALISMO, SUBDESENVOLVIMENTO E GUERRA FRIA

A África se viu às voltas com a necessidade de lutar por sua independência econômica antes mesmo de concluir o processo de luta por sua emancipação política. Carentes de quadros técnicos, de tecnologia industrial, de capitais e até de mercados, uma vez que o processo de dissolução das economias tradicionais não acarretou necessariamente a formação de um contingente significativo de consumidores com efetivo poder de compra, a virtual totalidade dos países africanos já despertou para a vida independente submetida a uma situação de subalternidade no âmbito da economia internacional. Premidos pelas necessidades urgentes de populações intensamente espoliadas durante séculos pelo sistema colonial, a primeira geração de dirigentes dos jovens estados africanos teve de equacionar, como primeiro item de sua agenda pós-colonial, o problema do subdesenvolvimento econômico e social.

Produtoras e exportadoras de matérias primas e gêneros agro-pecuários, as novas nações africanas viram-se inseridas em um sistema de trocas caracterizado pela deterioração constante do valor de seus produtos primários em relação aos bens industrializados produzidos pelos países centrais (Europa, Japão e Estados Unidos) e o monopólio dos capitais e da tecnologia por parte destes, em muitos casos, suas antigas metrópoles coloniais.

Alguns de seus líderes mais esclarecidos, como o ganense N' Krumah, o tanzaniano Nyerere, o queniano Kenyatta, e o congolês Lumumba, diagnosticaram adequadamente as possibilidades e os constrangimentos para o enfrentamento bem sucedido dos desafios econômicos apresentados pela realidade. Compreendiam que a África possuía riquezas naturais extraordinárias, capazes de propiciar as bases de seu crescimento econômico, como as maiores reservas de ferro e carvão mineral do mundo, enormes jazidas de petróleo e um notável potencial hidrelétrico. Por outro lado, eram capazes de identificar também os obstáculos ao progresso material de suas sociedades: a grande fragmentação político-territorial, a dependência tecnológica, a falta de capitais para a exploração de suas próprias riquezas, as rivalidades étnicas internas, a falta de competitividade econômica de sua produção agro-pecuária e o próprio controle de seus principais recursos pelas grandes empresas ocidentais.

Coerente com tais constatações, a parcela mais engajada desta primeira geração de líderes procurou adotar procedimentos práticos capazes de otimizar as condições para a superação das mazelas deixadas pela dominação colonial, no âmbito interno: definição do estado, enquanto ator fundamental do processo de desenvolvimento econômico, através da regulação da atividade do capital estrangeiro e nacionalização, sempre que possível, de setores estratégicos da economia; implementação de políticas de fomento à atividade industrial e modernização da produção agro-pecuária. No âmbito externo, tratava de somar-se aos esforços de estruturação de um movimento de países não-alinhados, juntamente com outros estados da Ásia e América Latina, que tinham entre suas principais reivindicações a revisão das regras do comércio mundial; a facilitação do acesso dos países emergentes às tecnologias, mercados e capitais para exportação de seus produtos; o assessoramento técnico e o apoio institucional das Nações Unidas aos seus programas de desenvolvimento econômico; em resumo, uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

Porém, os interesses conflitantes das grandes potências ocidentais, particularmente da maior de todas elas, os Estados Unidos, não permitiriam que a marcha das nações africanas rumo ao progresso e ao desenvolvimento se realizasse sem incidentes. Identificando no recuo das antigas metrópoles colonizadoras européias na África uma ameaça de satelitização dos jovens estados pela União Soviética, as administrações norte-americanas implementaram, desde os anos 50, uma estratégia voltada para a substituição da influência européia por sua própria influência sobre o continente africano, assumindo a responsabilidade pela contenção do avanço da "influência soviética" nesta região.

Recorrendo à chamada “diplomacia do dólar”, os governos norte-americanos procuraram, a princípio, influenciar os estados africanos, condicionando sua inclusão em programas de ajuda econômica e militar à concessão de privilégios para a operação de empresas estadunidenses nestes países e ao alinhamento diplomático e militar com Washington. Em outros casos, assessorou, treinou, financiou e armou grupos de oposição, golpes de estado e movimentos separatistas contra governos de orientação antineocolonialista, algumas vezes, em parceria com as antigas metrópoles colonizadoras. Além disso, desenvolveu uma política permanente de apoio aos regimes racistas da antiga Rodésia até 1980 e da República Sul Africana até 1994, que atuaram como fatores de desestabilização econômica e militar dos estados africanos independentes da África Meridional.

Como resposta a tais ações de desestabilização, os governos africanos de orientação mais anticolonialista e antiimperialista investiram em uma aproximação maior com a União Soviética e Cuba, de modo a obterem apoio diplomático e militar contra seus inimigos internos e externos. Tal fato aumentou ainda mais a tensão diplomática e militar e as divisões entre os estados africanos, deflagrando um longo e destrutivo ciclo de conflitos intracontinentais e militarização. O acirramento das rivalidades intra-africanas inviabilizou a cooperação e o desenvolvimento do comércio entre os países do continente, deteriorou as bases já frágeis da união continental e, em vários países, desorganizou a economia e dilapidou as riquezas naturais.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, GLOBALIZAÇÃO E CRISE

Dilacerada internamente, politicamente instável e economicamente estagnada a maioria dos países do continente africano ainda teve que lidar com as transformações verificadas na vida internacional nas últimas duas décadas do século XX.

As décadas de 80 e 90 do último século foram caracterizadas pelo fenômeno que ficou conhecido como Terceira Revolução Industrial. Este processo, verdadeira reestruturação produtiva do capitalismo mundial, se iniciou na seqüência dos choques nos preços do petróleo dos anos 70 e 80 e foi, entre outras coisas, uma resposta dos países industrializados às ações conjuntas dos países do chamado terceiro mundo na negociação de seus produtos no mercado internacional. Orientada, originalmente, pelo interesse no aproveitamento de matérias primas e fontes energéticas alternativas àquelas exportadas pelos países da

periferia econômica do mundo, a chamada revolução tecno-científica se realizou através da transição de um padrão de produção industrial - baseado no uso extensivo da força de trabalho e no processamento de insumos orgânicos -, para outro baseado no uso intensivo de força-de-trabalho e da tecnologia e no processamento de insumos já elaborados.

Como resultado, toda uma geração de indústrias surgidas quando da chamada Segunda Revolução Industrial, no final do século XIX, foi substituída por outra, alicerçada na automação e na produção de artigos de alta tecnologia. Com isto, acentuou-se a subalternidade econômica dos países africanos no comércio mundial, através da perda de relevância relativa de suas importações, da sobrevalorização dos produtos exportados pelos países industrializados no comércio bilateral, aumentando também o abismo que separa as precárias economias do continente das indústrias *high tech* do mundo desenvolvido.

Além disto, um dos efeitos colaterais da reestruturação produtiva é o uso crescente da tecnologia, o qual exige grandes investimentos em pesquisa, resultando na elevação do custo de produção em contrapartida ao aumento do valor agregado das mercadorias. Este fato combinado com a contração relativa dos mercados consumidores — como consequência do desemprego produzido pela automação — nos próprios países centrais gera a necessidade de uma ampliação sistemática dos investimentos, o que, em termos macro-econômicos, significa um entrelaçamento cada vez maior entre as indústrias e os bancos. Estes, por sua vez, crescentemente solicitados para o financiamento da pesquisa e da produção de novos produtos, passam a cobrar caro pelos valores emprestados, acarretando uma elevação significativa dos juros dos empréstimos contratados e o endurecimento da negociação dos créditos já concedidos. Desta maneira, os países africanos, já excluídos do centro dinâmico da economia mundial pelo monopólio tecnológico dos países centrais, descobrem-se também excluídos dos créditos e financiamentos e com uma dívida a pagar.

O resultado prático deste elenco de adversidades tem sido dramático para o continente africano. A participação do continente na economia mundial é, atualmente, inferior a 2%, tendo o volume de sua interação comercial com o restante do mundo declinado 40% no decorrer do período 1980-2000. A dívida externa africana atinge 315 bilhões de dólares, mais que o triplo do total de sua receita anual de exportações. A renda *per capita* africana caiu 20% desde 1980, passando, na África subsaariana, de US\$ 752 a US\$ 641. Os investimentos diretos estrangeiros na África correspondem a menos de 5% do total obtido pelo Terceiro Mundo.¹

1 Dados retirados da revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, edição n. 201, Agosto/97, p. 48.

A UNIÃO AFRICANA: ALTERNATIVA PARA A EMANCIPAÇÃO

Com a finalidade de conduzir os esforços conjuntos dos países africanos a um patamar superior, foi criada em Durban, na África do Sul, a 9 de julho de 2002, a União Africana, em substituição à Organização da Unidade Africana, fundada em Adis-Abeba (Etiópia), em 25 de maio de 1963. As tarefas da OUA foram as mesmas da primeira geração de líderes africanos pós-independência e dos condutores dos processos de libertação nacional. Seu objetivo principal consistiu em proporcionar apoio econômico, militar e diplomático aos movimentos de luta pela descolonização, contribuir para sua unidade e divulgação de suas atividades, no que foi, em geral, bem sucedida. Quanto a outros objetivos inscritos na agenda da entidade, quando de sua instauração, os resultados foram, de modo geral, bem mais modestos, a saber: o desenvolvimento de políticas comuns e da cooperação econômica entre os países africanos, a consolidação da influência internacional dos estados do continente, a proteção da soberania, da integridade territorial e da independência dos estados e a coordenação das atividades destes em matéria de política externa, economia, defesa e cultura.

A União Africana (UA) surge num contexto diferente. Trata-se de uma fase caracterizada pela eliminação das últimas sobrevivências coloniais no seio do continente — o regime racista da África do Sul, desmantelado em 1994 -; da pacificação de sociedades dilaceradas por décadas por destrutivas guerras civis, como Angola e Moçambique; dos avanços democráticos materializados na remoção de velhos ditadores do poder como Mobuto e da emergência de novas lideranças regionais, como os dirigentes sul-africanos. Nesta atmosfera estão dadas as condições substancialmente favoráveis para a construção de novos consensos políticos continentais, para uma maior convergência diplomática e cooperação econômica.

Os objetivos da UA não são pequenos, como não é pequeno o tamanho dos desafios que terá de enfrentar. Pretende-se a criação de um Parlamento Pan-Africano, do Tribunal de Justiça, de um Conselho Econômico e Social, de uma força comum de defesa e de um sistema financeiro (Banco Africano, Fundo Monetário Africano, Banco de Investimento Africano). Trata-se de um esforço ambicioso, vertebrado por uma ampla coalizão de governos, a serviço do enfrentamento dos graves problemas elencados anteriormente. A medida em que o mundo se torna cada vez mais assimétrico, excludente e inseguro, em que as próprias economias avançadas promovem a formação de grandes blocos regionais, parece não haver alternativa para as nações africanas a não investir decididamente nesta proposta ser

de unificação, capaz de otimizar o aproveitamento das grandes riquezas do continente, fortalecendo sua posição negociadora e estimulando os intercâmbios econômico, científico e cultural entre os povos da região. Acima de tudo, parece ser uma oportunidade absolutamente original de reconciliar a África consigo mesma, com suas belezas e seus defeitos, com seus valores e tradições, com sua riqueza e diversidade. É uma chance de encarar seu passado sem as pressões do colonialismo e das rivalidades interestatais, na perspectiva de uma melhor compreensão de seu complexo presente e ante o horizonte da construção de um grande futuro.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO NETO, Antonio. Relatório do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA. Lisboa: Avante, 1977.
- BOAVIDA, Américo. Angola: cinco séculos de exploração portuguesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- CABRAL, Amílcar. A alma da teoria. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO. São Paulo, n. 201, p.48, ago. 1997.
- CANÊDO, Letícia Bicalho. A descolonização da Ásia e da África. Campinas: Atual, 1990.
- DECRAENE, Philippe. O Pan-africanismo. Tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- DOWBOR, Ladislau. Guiné Bissau: a busca da independência econômica. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LINHARES, Maria Yedda. A luta contra a metrópole: Ásia e África. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MANDELA, Nelson. A luta é minha vida. Tradução de Celso Nogueira. Rio de Janeiro: Globo, 1988.
- MARTIN, Charles. A estratégia de descolonização de Nkrumah: originalidade e classicismo. In: SANTIAGO, Theo (Org.). Descolonização. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977.
- N'KRUMAH, Kwame. Neocolonialismo: último estágio do imperialismo. Tradução Maurício C. Pedreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- OLIVER, Roland. A experiência africana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- PEREIRA, Francisco José. Apartheid: o horror branco na África do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. A formação da África contemporânea. Campinas: Atual, 1993.
- SENGHOR, Leopold Sedar. Um caminho do socialismo. Tradução de Vicente Barreto. Rio de Janeiro: Record, 1965.
- YAZBEK, Mustafá. Argélia: a guerra e a independência. São Paulo: Brasiliense, 1983.

